

DOI: 10.20287/ec.n22.a01

## Os primórdios do estudo da imprensa e da teoria do jornalismo no Japão

Francisco Rüdiger

*Pontifícia Universidade Católica e Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

E-mail: frudiger33@gmail.br

### Resumo

No entre-Guerras, o Japão se tornou palco para a elaboração de importantes estudos sobre a imprensa e para a teorização do jornalismo. A transformação do jornalismo em objeto de grande empresa provocou rica discussão e exame a seu respeito nos meios acadêmicos e profissionais. O artigo apresenta a primeira análise em português sobre este fenômeno, pouco tratado inclusive em centros mais

avanzados. O período estudado no artigo é o que se estende de 1920 até 1937. A seção inicial aponta as origens e contexto histórico do fenômeno. As três seções seguintes, relatam as tendências filosóficas e acadêmicas que pautaram seu desenvolvimento. A conclusão esclarece as circunstâncias de sua ruptura, ocorrida em meio ao avanço da ditadura militar e à escalada da guerra contra a China.

Palavras-chave: Estudos de imprensa e teoria do jornalismo: Japão; Japão: teoria do jornalismo no entre-Guerras; História do pensamento jornalístico: Japão.

### Abstract

Between 20<sup>th</sup> Century World Wars, Japan became intellectual scenario for the development of important studies on the press and the theory of journalism. The transformation of journalism in big business provoked a rich discussion about it in academic and professional circles. The article presents the first analysis in Portuguese about this phenomenon, frequently unnoticed even in more advanced scholarly centers. The period stu-

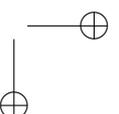
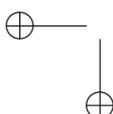
died in the article extends from 1920 to 1937. The initial section analyses the origins and historical context of the phenomenon. The three following sections report the scientific and philosophical trends that guided its development. The conclusion points to the circumstances of their break, occurred amid the advancement of military dictatorship and the escalation of war against China.

---

Data de submissão: 2016-05-02. Data de aprovação: 2016-05-13.

*Estudos em Comunicação* nº 22, 1-21

Maio de 2016



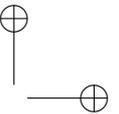
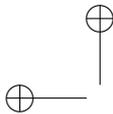
Keywords: Press studies and journalism theory: Japan; Japan: journalism theory until the II World War; History of journalistic thought: Japan.

**R**AYMOND NIXON relata em texto com pretensão paradigmática que, conforme a região e ênfase, foram três os fundadores dos estudos acadêmicos de jornalismo em nível universitário: 1º) Walter Williams, criador do primeiro curso de graduação em jornalismo, na Universidade Estadual do Missouri, Estados Unidos, em 1908; 2º) Karl d'Ester, primeiro especialista em pesquisa em jornalismo a ser habilitado academicamente e ocupar cátedra na Europa (Universidade de Munique, Alemanha, 1924) ; e 3º) Ono Hideo, responsável pela elaboração de uma síntese entre estas duas tendências e, por essa via, pela introdução dos estudos de imprensa e jornalismo no Japão do entre-Guerras. Para Nixon, “o trabalho destes três homens ilustra a continuidade e progresso da educação em jornalismo como o principal fator de integração da pesquisa em comunicação de massas” (Nixon, 1968: 24).

Nos países de língua portuguesa, a escola norte-americana, embora ainda não tenha sido objeto de um estudo histórico-sistemático, é razoavelmente conhecida em suas linhas mais gerais por quem quer que se interesse por teoria e pesquisa do jornalismo. A escola europeia ainda não está nesta situação, mas passos em tal direção têm sido dados, e não faltam referências à disposição para que o trabalho de compilação das informações se traduza em bons relatos. A escola japonesa, em contraste, é raras vezes discutida fora de seu país e, entre nós, é totalmente desconhecida.

Em nosso ver, o fato é causador de estranheza, vista a pujança multinacional dos negócios e a influência cultural que, através de sua rica e variada indústria criativa, os japoneses lograram conquistar em todo o mundo após a II Guerra Mundial (Allan, Sakamoto, 2014; Tsutusi, 2011; Nakamura, 2003). Que, entre nós, ainda não se tenha levantado a pergunta sobre as origens, trajetória, tendências e marcos dos estudos de jornalismo feitos no Japão provoca espanto. Deste país, fica a impressão de que, embora tenha um negócio de mídia de impacto e tenha dado origem a fenômenos de cultura popular de amplo interesse, nada há de relevante em termos acadêmicos. O presente ensaio se propõe a dar uma primeira notícia a respeito do assunto, começar a corrigir esta lacuna em nosso conhecimento.

Hidehiko Hirose observa que “a história das discussões sobre o jornalismo no Japão pode ser dividida em dois períodos: antes e depois da II Guerra Mun-



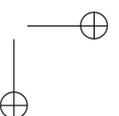
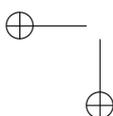
dial”. Na primeira fase, os estudos se caracterizavam por um acento filosófico e evoluíam no sentido de responder à pergunta “o que é jornalismo?” Na segunda, “os estudos de jornalismo se tornaram mais empíricos e começaram a lidar com problemas mais variados e específicos” (1990: 456). Ambas as fases se desenvolveram em diálogo com as correntes de pensamento internacionais, mas enorme hiato epistemológico as separa no tocante às referências intelectuais e métodos de estudo. Por questão de espaço, nosso texto foca na primeira etapa, que, de fato, se estende de mais ou menos 1920 a 1937.

O autor deste texto, observe-se, não domina a língua japonesa para, tivesse como acessá-las conforme seu desejo, manejar as fontes primárias a respeito do assunto. A estratégia para elaborar o assunto foi, por isso e em essência, recorrer aos trabalhos japoneses traduzidos ou material disponível em língua inglesa, visto também não ser o caso de encontrá-los em número significativo em outras ocidentais de seu alcance. O repertório bibliográfico que se logrou levantar não é extenso mas, cremos, permite montar um quadro rico e nuançado do que se pretende abordar nesta empreitada, isto é: aprender sobre as origens e primeiros desenvolvimentos dos estudos de imprensa e reflexões teóricas sobre o jornalismo no Japão.

### Antecedentes

Através dos contatos com a Coreia, os japoneses vieram a conhecer a imprensa com tipos móveis de metal e madeira entre o final do século XVI e o início do XVII. As peculiaridades da escrita local e seu uso, no entanto, fizeram com que o sistema não fosse adotado. Seguiu norma, até o final do XIX, o emprego de peças de argila e, depois, madeira esculpidas individualmente, para a impressão de blocos textuais (uma só frente do papel). Conhecidos como “kawaraban”, estas publicações relatavam sem obrigação de periodicidade e, em geral, à margem da lei e contra a vontade do shogunato fatos de interesse e curiosidade pública, fornecendo a seus leitores conhecimento, entretenimento e, por vezes, até alguma crítica sobre os atos dos governantes (Jansen 2002: 163-166).

Deflagrada a Revolução Meiji em 1868, começou no país um processo de modernização em várias áreas, baseado no estudo e assimilação de instituições ocidentais. A liderança nacional passou, em sua maior parte, a se comprometer com uma série de reformas, para fazer frente à ameaça de o país



se converter em colônia de alguma potência ocidental. O aparecimento da imprensa moderna entre os japoneses e, assim, de uma nova dinâmica intelectual em sua sociedade datam desta época, em que foi se tornando consenso que o diálogo com o estrangeiro, o progresso industrial e a adoção do sistema parlamentar eram necessários para projetar um novo Japão.

Em 1871, aparece o primeiro jornal diário, de conteúdo oficioso e informativo, chamado *Yokohama Mainichi*. Seguem-se vários outros nas maiores cidades e, de imediato, a política lhes toma as páginas. O liberalismo se difunde entre as camadas médias e, com isso, avança a leitura de impressos. Em 1874, o jurista Tsuda Mamichi (†1903) declara a imprensa farol do progresso, força educadora da sociedade, mas há muitos que lhe temem a luz. O conservadorismo também se manifesta e prega o respeito às tradições nacionais japonesas (cf. Jansen, 2002: 472). Em 1875, o governo edita a primeira de uma série de leis regrado as manifestações pela imprensa. Fukuzawa Yuki-chi (†1901), filósofo e jornalista, sustenta em 1879 que sua presença, além de nos orientar politicamente, é um fator de desenvolvimento econômico e intelectual (cf. Huffman, 1997; Akerer, 2012). Os setores conservadores reagem, fazendo publicar jornais com o objetivo tentar de frear as mudanças mais radicais, dando origem a um cenário marcado pela disputa político-partidária, nos anos 1880.

Durante o penúltimo decênio do século XIX, os jornais foram, com outras, força promotora e animadora de campanhas como a do Movimento pelos Direitos e a Liberdade. Depois do nascimento dos primeiros partidos, mas sobretudo em seguida à promulgação da Constituição Meiji, muitos deles, seguindo a vocação que lhes originara, primaram por se filiar direta ou idealmente às várias agremiações políticas. Esta forma engajada de jornalismo, que se dirigia sobretudo à elite cultural de origem samurai, convivía com outra, de assimilação mais ligeira, destinada à massa da população (Del Bene, 2008: 193-194).

Desta conjuntura, marcada pelo surgimento da imprensa popular de baixo custo tanto quanto pela entrada do país na política imperialista (guerras contra a China, 1895, e a Rússia, 1905) (cf. Séguy, 1993), provêm os primeiros tratados japoneses de “shinbun gaku” (estudos de jornalismo). Matsumoto Kunpei (1877-1944), doutorado em literatura norte-americana, fez publicar o

primeiro, inclusive portando aquele título, em 1899. Escrito por um ativista político que também militava na imprensa, a obra tinha o cunho de manual sobre o negócio jornalístico, o sistema de trabalho e as tarefas de seus profissionais. Apresentando informações sobre a trajetória, situação e perspectivas da imprensa estrangeira, abriu caminho para outros textos do gênero (Youichi, 1987: 50), cuja publicação acompanhou o rápido e extraordinário desenvolvimento da imprensa japonesa e teve especial florescimento durante a I Guerra Mundial.

Matsumoto argumentou que os jornais deveriam publicar todas as formas de notícias, empregar repórteres para sair pelo mundo cobrindo todo tipo de história e que eles deveriam ser administrados como negócio por homens capazes de ver o jornalismo como profissão [em vez de uma atividade doutrinária ou literária] (Weston, 2006: 9).

Dentre os marcos desta fase de contato com e assimilação dos conceitos práticos e doutrinários da imprensa ocidental por parte da liderança intelectual do jornalismo japonês está a publicação, em 1919, de uma série de três livros contendo artigos sobre a história, legislação, associações, gerência, arte gráfica, política editorial e prática de edição do noticiário da imprensa intitulado *Manual de estudos do jornalismo* (cf. Sugimura, 1922). Um ano depois, Nagashiro Shizuo criará o Instituto de Pesquisa do Jornal, com que passa a oferecer cursos de formação profissional e inicia a publicação do *Almanaque da Imprensa Japonesa*. Conforme nota um analista, “já existia uma comunidade de eruditos e jornalistas atuando extra-universitariamente e com interesse em criar um discurso acadêmico sobre o jornalismo [que inclusive influía no cenário chinês] em Tóquio no final dos anos 1910 e início dos anos 1920” (Weston, 2006: 10).

Para Yoshimi Shunya (2002), a transformação dos jornais em empresas de porte nacional, as sintonias da vida intelectual com as tendências internacionais, o surgimento de revistas ilustradas de circulação massiva, e a percepção do significado e importância dos serviços de informação durante episódios como o terremoto de 1923 (cf. Weisenfled, 2012: 35-82) estão entre as razões para a imprensa se tornar objeto de estudo mais aprofundado e de interesse filosófico e científico para suas lideranças intelectuais e alguns acadêmicos no início dos anos 1920. Em 1924, havia já jornais cujas tiragens ultrapassavam

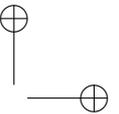
a casa de um milhão de exemplares. Seis anos depois, 90 por cento da população adulta estava alfabetizada. As revistas haviam conquistado vasto mercado leitor, graças à expansão do negócio publicitário e à exploração da ilustração artística e fotografia. Os cinejornais davam às notícias um novo aspecto que a radiodifusão pública, iniciada em 1925/26, só viria complementar em escala mais significativa depois de 1937.

Nada disso teria sido, contudo, decisivo em relação ao assunto que estamos abordando, segundo Fabian Schäfer (2012). Para o autor, estes fatores todos, ainda que necessários, são secundários em comparação com o impacto dos acontecimentos políticos na esfera pública e vida intelectual. O principal foi a repressão que se abateu sobre alguns grandes jornais e os setores intelectuais mais à esquerda a partir do final da Guerra. O recrudescimento da censura aos noticiários (cf. Jensen, 2002: 504-507), a pressão oficial sobre as empresas independentes e o apoio aos jornais oficialistas, em meio a uma conjuntura cheia de agitação trabalhista e política influída pelo avanço da participação civil e a presença de uma esquerda revolucionária, estimularam o debate sobre os limites e a efetividade da liberdade de imprensa, o conformismo ideológico do negócio jornalístico, e o papel dos impressos na formação da opinião pública e sua função na condução dos destinos da sociedade.

As seções seguintes relatam resumidamente a elaboração reflexiva a que este debate deu lugar entre os intelectuais e acadêmicos japoneses até o início da II Guerra Mundial.

### **A perspectiva histórico-publicística**

Considerado o fundador da especialidade no Japão, Ono Hideo (1885-1977) se voltou para o estudo acadêmico em parte pela decepção com os rumos mercantilista e demagógico adotado pela grande imprensa de seu país após a I Guerra. Jornalista profissional formado em língua e literatura germânicas, ele viajou pela América e Europa, antes de publicar seu primeiro livro, tido como clássico, *O desenvolvimento histórico dos jornais no Japão* (1922). As várias viagens de estudo, as relações institucionais bem sólidas e o prestígio que lhe granjeou a profundidade e detalhamento da obra citada, em que relacionava o jornalismo com o desenvolvimento da cultura popular, os conflitos de ideias e a vida das massas, habilitou-o a oferecer cursos livres (1926) e a



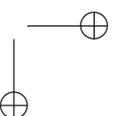
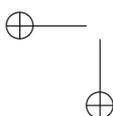
postular a criação de um Instituto de Pesquisa em Jornalismo na Universidade de Tóquio, obtida sob a forma de Escritório em 1929 (cf. Ono, 1960).

Ono Hideo não foi além disso na síntese sobre estudos de jornalismo que publicou logo após a Guerra. Para ele, o jornalismo tem de ser estudado de acordo com o modo como julgamos que ele deva ser (Youichi, 1987: 52). O estudo dos jornais, de embasamento necessariamente histórico, deve ser distinguindo da teorização acerca do jornalismo, de cunho normativo. Desejo do autor, desde o início, era fundar a autonomia dos estudos de jornalismo (*shinbun gaku*) em relação às demais disciplinas, identificando-lhes um objeto de análise distinto do de todos os demais saberes. Para ele, “os *shinbun gaku* deveriam se desenvolver como uma forma de estudo cultural capaz de dar conta das peculiaridades [dos jornais] dentro de diferentes sociedades” (Shunya, 2002: 204).

As premissas deste estudo são genéricas; seu sistema conceitual, o mesmo; mas o objetivo seria marcar diferenças e especificidades – muito mais que fazer correlações ou proceder à crítica do jornalismo tomando em consideração questões de outras disciplinas. A teoria se ocupa idealmente da forma como se faz a notícia e da maneira como seu negócio se estrutura para fazer a primeira chegar até o público. O resto não diz respeito aos estudos de jornalismo.

O jornalismo consiste em uma atividade vocacional, cujas bases são normativas, ainda que não totalitárias. O cunho industrial e rotineiro da atividade se relacionam dialeticamente com o fato de sua primeira função ser informar a sociedade. A existência de pluralismo na oferta é, por isso, um pré-requisito para seu correto exercício desde o ponto de vista ético, político e institucional. Apesar de se basear em doutrinadores que, em alguns casos, serviram a Alemanha nazista, ressalva ele que isso não significa endosso de suas opções epistemológicas nem, muito menos, políticas. O poder que os jornais têm de evocar estados de consciência similares entre leitores separados no espaço, de estabelecer uma mediação entre eles, consiste em uma função da qual não apenas não estão excluídos os interesses daqueles últimos, mas é, em si mesma, pontual ou passageira e, por fim, pode, em tese, ser contestada.

Em suma, Ono se esforçou para compor em um sistema teórico os princípios técnicos e profissionais do jornalismo noticioso de procedência norte-americana com os princípios doutrinários liberais da geração anterior, para a qual “o jornalismo era mais do que uma ocupação, era expressão de um en-

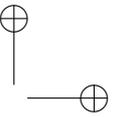


gajamento pessoal na promoção do bem-estar geral da nação” (Pierson, 1980: 4). A condição de “veículo de intercâmbio espiritual possuidor de significado para a sociedade” que via nos jornais prevenia-lhe o endosso de seu completo controle por parte de apenas um de seus segmentos, muito mais o controle monopolista por parte do estado, salvo em tempo de guerra. Os problemas com os quais o jornalista se defronta no exercício de sua tarefa, o esclarecimento político e intelectual da sociedade por meio da notícia e do editorial, só tem como ser bem enfrentados mediante a formação acadêmica e profissional, baseada em uma ética do bem comum (Schefer, 2012: 45).

Assistente de estudos no Escritório de Pesquisa dos Jornais da Universidade de Tóquio e cientista social e político de formação, Koyama Eizo (1899-1983) rejeitava esta perspectiva, relativizado ainda mais a abordagem baseada na compilação e ordenamento de informações históricas e estatísticas defendida por Ono que se iniciara com Muneo. Para o autor, a fundamentação e desenvolvimento dos estudos de jornalismo devem ser aprofundadas com o apoio dos conceitos da psicologia de massas, em vez da teoria da educação. O problema central do estudo do jornalismo não consiste apenas em saber como ele se desenvolveu e se organiza mas, também, em saber como ele agencia ou intervém na formação da consciência coletiva e da opinião pública (Shunya, 2002).

Adotando o esquema tornado clássico por Ferdinand Tönnies e explorado por Edward Bernays, ele nota que a opinião pública se encontra em vários estratos ou estados. O primeiro e mais fundamental é o estrato sólido ou nacional, vinculado às tradições que definem um povo. O segundo e mais influente do ponto de vista da mobilização política é o estrato líquido ou classista. O terceiro e mais imediato, em diversos graus explosivo, enfim, é o estrato gasoso ou opiniático, que se agencia diariamente através das páginas dos jornais e revistas (Morris-Suzuki, 2006: 511).

Koyama descreveu a opinião pública como uma forma de expressão das atitudes e interesses comuns que, como cristais em uma solução, se formam em meio ao turbilhão de ideias de cada indivíduo. Por isso, observa que a opinião pública só pode ser criada quando o indivíduo dispõe de meios para comparar e relacionar suas próprias visões com aquelas provenientes da sociedade abrangente. O papel dos meios de comunicação intervém neste



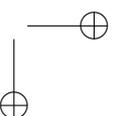
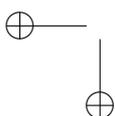
ponto, na medida em que os jornais criam uma espécie de fórum para a coordenação das ideias [identificadas como a opinião pública] (Morris-Suzuki, 2006: 510).

Do ponto de vista dos estudos de jornalismo, título de seu tratado de 1935, o principal a levar em conta é o fato de que, assim, a imprensa assume importante função política em meio a uma comunidade todavia submetida à progressiva de fragmentação como era, em seu ver, a sociedade japonesa numa era de modernização. A exemplo de Tosaka Jun, o autor asseverava que a opinião pública não pode ser compreendida nem como um entidade real, nem como “a opinião da maioria sobre certa questão pública”, mas como “um construto de cunho nacional” que existe abstratamente através do noticiário jornalístico e da atividade publicística (cf. Schäfer, 2012)

Assim, os jornais importam na medida em que tendem a se tornar a única forma de definir e memorizar os fatos de cunho político e relevância pública na vida social. Os fatos jornalísticos podem ser objeto de desconfiança e mesmo serem julgados com mentirosos pelo público, mas à falta de alternativas, acabam deixando um impacto ou impressão indelével em nossa mente.

Os fatos sociais se fixam em nossa consciência devido ao fato de serem reportados pelos jornais e, por isso, o mundo, tal como retratado pelos jornais, se torna a verdade para nós. A existência real não mencionada por eles se torna falsa (Koyama [1935] apud Shunya, 2002: 205).

Absolutizando o viés publicístico, postula o autor que os jornais definem o que é a realidade, independentemente de nós julgarmos falsa ou verdadeira sua representação, de modo que neles predomina a ficção: eles, em última análise, são criadores de ficções. O juízo de que eles apenas refletem os fatos sociais e os relatam é ingênua, visto que, fora deles, nada mais há para conhecer de muito significativo e, portanto, reside neles o poder de, em sendo o caso, estabelecer sua veracidade para o público. Os jornais, desejem ou não, são armas para assimilação e conquista da opinião pública, “meios de ‘objetivação da subjetividade’, de concretizar um corpo de conhecimentos ou a vontade poder a serviço de um certo objetivo” (cf. Schäfer, 2012).





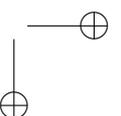
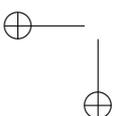
### A teoria crítica marxista

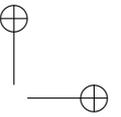
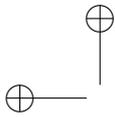
Após 1917, o marxismo se tornou influência cada vez mais relevante entre a intelectualidade japonesa, apesar das perseguições políticas e medidas policiais adotadas contra seus partidários. De fato, o movimento só foi contido com o estabelecimento do regime militar, a partir de 1937. Seguindo a cartilha da III Internacional, as artes e a imprensa eram vistas por seus teóricos e militantes como meios de agitação e propaganda (cf., por exemplo, Iwamoto, 1987: 132-135). Houve, no entanto, divergência sobre a condução destes meios entre as facções nas quais o partido se dividiu, em meados dos anos 1920.

Yamakawa Itoshi († 1958) defendia com seu grupo uma frente revolucionária entre operários e camponeses. Fukumoto Kazuo († 1983) pregava uma aliança com setores burgueses para acabar com os resíduos feudais, antes de o partido se voltar contra a burguesia. O consenso a respeito da propriedade em se desenvolver um jornalismo proletário, comprometido com a revolução, diante do jornalismo burguês, amarrado aos interesses da classe dominante, convivia com a disputa sobre o modo isso deveria ser feito.

Para os seguidores do primeiro, a imprensa deveria ser variada e elevar a consciência das massas; para os adeptos do segundo, o partido comunista deveria manter o controle e organizar o proletariado (Schäfer, 2013: 158-161). A facção yamakawista advogava que a consciência de classe dos trabalhadores deveria ser elevada através de uma imprensa massiva, capaz de integrar as camadas populares, em especial o campesinato, via seu engajamento na lutas cotidianas. A facção fukumotista, ao contrário, defendia a criação de uma imprensa engajada na formação e organização de quadros partidários, apoiada nos intelectuais e dirigida pelo comando da agremiação (Youichi, 1987: 52).

Apesar disso, havia espaço para um marxismo cultural bem sofisticado, que logrou atrair simpatizantes entre outros segmentos críticos da intelectualidade, conforme fica patente, no que diz respeito ao jornalismo, nas contribuições dadas a uma obra de fôlego: o *Curso Unificado de Jornalismo* (1930/1931). Característica dos 12 volumes, 400 páginas cada, era o relato histórico e descrição minuciosa da indústria e atividades da imprensa. Colaboraram na obra, que teria ajudado a difundir o termo “janarizumu” entre os intelectuais japoneses, mais de 100 especialistas (Hidetoshi, 1963). O eixo forte era a crítica ao caráter de classe da imprensa dominante, à natureza ide-



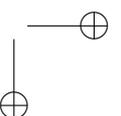
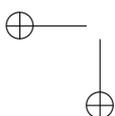


ológica do jornalismo, à exploração do sensacionalismo como forma de alienação, à mercantilização da atividade editorial, aos vínculos econômicos das empresas com o grande capital japonês, etc.

Entre os colaboradores havia acadêmicos e jornalistas de distintos matizes ideológicos e formações universitárias, como o sociólogo marxista Sugiyama Sakae (1892- 1970). Tarefa sua foi sublinhar o papel dialético das ideias e, portanto, da imprensa no processo social, contra os que a viam como simples instrumento de educação ou propaganda, tanto quanto os que a reduziam a reflexo da consciência de classe de seus controladores (cf. Knight, 1996: 124-128). “A imprensa não apenas conduz a opinião pública, mas é também por ela conduzida” (Sugiyama, apud Schäfer, 2012: 130): interfere na conjuntura assim como se deixa influenciar pelo momento. A forma como ela se comporta não depende, em última análise, nem da influência das massas, nem da vontade das elites intelectuais. O jogo dialético entre estas instâncias, cada vez diferente, é o que decide seu rumo, asseverava.

Para o autor, precisamos “considerar a formação da opinião pública como um processo e entender o relacionamento entre os criadores de novos modelos e as massas que os adotam, imitam e disseminam como uma interação recíproca” (Sugiyama, apud Schäfer, 2012: 132). Os fatores classistas sobre os quais tanto insistem os intelectuais marxistas servem como filtros e elementos de distorção do processo, de acordo com relações de força existentes na conjuntura, gerando duas formas de opinião distintas, ainda que, via de regra, encobertas, quando as relações de produção são imaturas ou o momento econômico é de prosperidade (Schäfer, 2012: 133).

Ex-editor do Osaka Asahi, Hasegawa Nyozeikan (1875-1969) conta-se entre as fileiras do reformismo liberal japonês que, durante algum tempo, fez uso do marxismo para analisar os problemas de sua época e sociedade. Advogado de formação, foi ele um dos fundadores do Grupo de Estudos do Materialismo formado por diversos intelectuais contestadores em 1932. Situa-se nesse contexto seu muito crítico e matizado texto sobre o jornalismo burguês. Para Hasegawa, o jornalismo burguês é uma arena em que a consciência pública dialoga conflituosamente, se digladiam os emissores e receptores, aqueles que têm experiência direta e os que têm experiência indireta, de acordo com linhas de classe, da realidade. Os jornais sempre contêm viés, ainda que de maneira pluralista e, por isso, não têm como serem objetivos, nem impor um consenso, salvo se a sociedade estiver sujeita a uma ditadura.



Apesar do revés sofrido durante a revolta do arroz em 1918, seguiu crendo o autor por muitos anos que “os jornais estavam em posição de ‘mediar’ a relação entre estado e sociedade, de agir como advogados da sociedade perante o estado”. Na sociedade capitalista, preconizava, “aos jornais não toca apenas expor ao público as políticas de estado, mas também expressar (e cooptar) as insatisfações populares, oferecendo-lhes um órgão de fácil acesso” (Barshay, 2004: 147). Explorando um viés historicista, Hasegawa nota que o jornalismo japonês surgiu como expressão de uma intelectualidade que era subalterna no shogunato; não se explica apenas pelo avanço do capitalismo e o desenvolvimento das técnicas de impressão (Yoshimi, 2002: 207).

O jornal não é um reflexo da realidade ou veículo de tradições, nem mero registro dos fatos mais importantes para uma comunidade. O jornal é função do jornalismo, uma forma literária de reportá-los que depende dos conflitos e lutas de classes presentes no contexto em que está inserido. O problema do jornalismo burguês, isto é, sujeito à crescente comercialização, é o mascaramento desta origem e condição. O jornalismo japonês teria sido aberto ao conflito social e disputa de ideias em sua origem. A conversão em grande empresa importou, porém, na assimilação das doutrinas norte-americanas da imparcialidade e objetividade, com base nas quais os jornais passaram a explorar suas matérias de modo que faz surgir formas consciência pública cada vez mais fictícias e dentro das quais a maior parte dos leitores se subsume.

Contemporâneo seu, Kimura Ki (1894-1979), crítico cultural e editor literário, abriu por esta época luta de duas frentes: uma contra os que pregavam o banimento do que chamavam de elitismo literário da imprensa; outra contra os que preconizavam o distanciamento em relação à imprensa por parte dos literatos. Para ele, “a tendência em ver o jornalismo em oposição à literatura pura e excluí-lo da pura e simples literatura [bugaku] é enganadora tanto para os jornais quanto para a literatura” (apud Mack, 2010: 103). As fronteiras são fluídas e devem se manter abertas. Hasegawa não estava longe deste entendimento, ao argumentar que, em sendo uma forma de literatura que interfere nos assuntos públicos, “os jornais, em essência, são formas de perceber o processo histórico em andamento por parte das pessoas que os estão vivendo” (Hasegawa apud Shunya, 2002: 208).

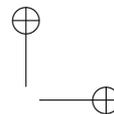
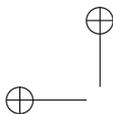
Cofundador do Grupo de estudos do materialismo, cujas atividades lhe valeram a expulsão da Universidade de Kyoto, Tosaka Jun (1900-1945) praticou exemplarmente e desde um viés marxista a noção de filosofia pública

que a imprensa de seu país não obstante acolhera e da qual ele mesmo se tornou, talvez, o principal pensador. Espécie de Gramsci japonês, o filósofo explorou prática e teoricamente o espaço que, apesar do crescente populismo na imprensa, a intelectualidade nela ocupou a partir da segunda década do século até 1937, mormente em obras como *Lógica da Ideologia* (1930) e *Os fundamentos da ideologia* (1932) (Youichi, 1998: 53; cf. Kawashima et al., 2013).

Para ele também, o jornalismo é uma atividade que existe em tensão com o capitalismo da indústria editorial, é uma forma de expressão popular “que desde sua criação operou e tem operado com forças divergentes em seu interior”, já que, enquanto o propósito daquela indústria “é a acumulação de capital conversível em dinheiro, o propósito do jornalismo é desenvolver um certo tipo de produção, distribuição e consumo de ação ideológica” (Tosaka [1931] 2013: 46). Os jornais não se limitam a elaborar notícias, possuindo um significado político, pelo fato de, apesar de também serem empresas, possuírem raízes e sentido na práxis cotidiana. A circunstância de, na sociedade capitalista, serem expressão das classes e suas lutas, eventualmente se dividirem em blocos, não deveria nos fechar os olhos para o fato de que, em virtude das conexões com o cotidiano, “basicamente todo ser humano, em sua capacidade humana, é necessariamente um jornalista” (Tosaka apud Schefer, 2013: 160).

A consciência jornalística, apesar de depender da empresa capitalista, é originariamente imediata, cotidiana, efêmera, fluida e fragmentada. A consciência científica tende a ser abstrata, extraordinária, sistemática e burocratizada, até pela influência do capital. À práxis interessada em sua transformação caberia procurar transcender esta oposição. Os intelectuais, sim, deveriam passar a influir de modo mais orgânico no jornalismo, para corrigir-lhe os prejuízos decorrentes do imediatismo. Os jornalistas, no entanto, também têm uma contribuição a dar em seu desenvolvimento, esforçando-se por impedir-lhe a caída no teorismo, tão presente nos acadêmicos, seus intelectuais antípodas na presente situação (cf. Tosaka [1931] 2013).

Os críticos tanto quando os entusiastas da influência massificadora que os jornais exerceriam sobre a consciência social se equivocam ao confundir tal influência com a vulgarização do conhecimento. A verdadeira massificação transcende a popularização do conhecimento, seja qual for o sentido que se dê a este último, precisando incluir necessariamente a organização política de um



número cada vez maior de leitores e cidadãos com vistas à sua emancipação relativamente ao poder do capital e à criação de uma sociedade socialista.

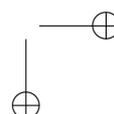
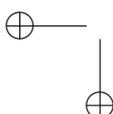
Em termos programáticos, seria este o papel da imprensa revolucionária, a partir do momento em que os jornais caem sob crescente e poderosa influência do capitalismo. Atualmente, observava, “os jornais se tornaram um mercadoria moderna possuidora de valor de uso ideológico” (Tosaka apud Schäfer, 2013: 170). Os intelectuais revolucionários têm cada vez mais dificuldade em fazer da imprensa burguesa um meio de exercício da práxis política esclarecida e transformadora.

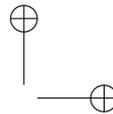
As relações econômicas capitalistas passaram a influir em todas as suas manifestações. As notícias são meras mercadorias, cujo aspecto é encoberto pelos princípios da imparcialidade e do não engajamento, que ajudam-nas a ter mais aceitação no mercado. O valor notícia se encontra separado do seu valor de uso, conforme se pode ver no sensacionalismo e na paulatina eliminação do criticismo. Os jornais tendem a ser meros órgãos de acompanhamento do que acontece na realidade social, passando a se acomodar e promover uma consciência resignada ou conformista, que não mais critica ou questiona, embora conservem latente a relação com a práxis cotidiana e seu potencial revolucionário (cf. Schäfer, 2013: 163).

### **A contribuição da sociologia**

Dentre as abordagens que marcaram o período inicial dos estudos de imprensa e teorizações sobre o jornalismo no Japão, cabe, por fim, considerar a sociológica, conforme a apanhamos em autores pioneiros como Fujiwara Kanji (1895-1972). Jornalista de profissão, ele doutorou-se em sociologia, defendendo que a imprensa constitui uma forma de elaborar intelectualmente nossa visão do mundo: é ela o visor com que nós vemos a sociedade. Por volta de 1920, havia duas tendências no entendimento do assunto entre os intelectuais japoneses. Inspirado na recepção de Spencer, Takebe Tongo (1871-1945) advogava uma visão organicista da sociedade, considerando a imprensa uma influência educativa. Yoneda Shōtarō (1873-1945), ao contrário, via nela uma força influenciada pelas dinâmicas da multidão e do público, conforme analisadas por Gabriel Tarde (cf. Shunia, 2002).

Fujiwara propôs uma unificação destes dois enfoques, desenvolvendo abordagem afinada com a sociologia do conhecimento em *Os jornais e a constru-*





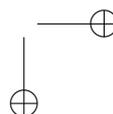
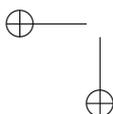
*ção da cultura social* (1923). Takebe acreditava que a função da imprensa é expressar e guiar a opinião pública. Por isso, os jornais precisam ser éticos, se conservar livres e puros. Para Yoneda, a referida função é influenciada negativamente pela psicologia de massas, não tem como se sustentar apenas na atitude ética e profissional. A única forma de assegurar sua missão é submetendo-a ao controle formal por parte do estado (censura e licenças profissionais).

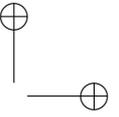
Arguindo que a cobertura noticiosa da imprensa é tão influenciada pela opinião pública quanto a formação desta última é necessariamente condicionada por aquela primeira, Fujiwara argumentou que as duas funções eram interrelacionadas e recíprocas e que apenas por meio de uma abordagem interdisciplinar que reconciliasse a abordagem da sociologia com a dos estudos de jornalismo seria possível superar o entendimento estático e vertical da comunicação advogado pelos acadêmicos da geração mais velha, representada por Tekebe ou Yoneda (Schäfer, 2012: 77).

A relação entre a imprensa, “órgão de cobertura das notícias”, e seus leitores é um processo recíproco de troca social, devendo ser analisada pelo lado da estrutura e organização da primeira e pelo lado da função que desempenha na sociedade. A estrutura é econômica (empresarial), mas as funções são moral (educativa) e política (controle). A primeira tem a ver com o incentivo ao progresso intelectual que ela representa. A segunda tem a ver com sua suposta capacidade de manter a consciência pública mais ou menos organizada, controlada, em meio a uma época de separação espacial, de massificação (Schäfer, 2012: 86)

Shimizu Ikutaro (1907-1988) se tornou conhecido como um dos principais críticos da mídia e grande intelectual público de seu país após a II Guerra. Sociólogo universitário, ele trocou a cátedra pelo jornalismo ao se deixar influenciar pelo marxismo, no início dos anos 1930. Quando os militares assumiram o comando do país em 1937, passou a se interessar pelo pragmatismo e a psicologia social norte-americana (cf. Kawamura, 1989/1990). Deste período provém sua leitura das obras de Dewey e Mead, de certa forma anunciada em seu importante trabalho sobre as relações da imprensa com a vida cotidiana proposto em *Rumores Infundados* (1937).

Estudo de caso da falta de informação gerada em meio à tentativa de golpe militar contra o governo verificada em 1936, o relato contido na obra argu-





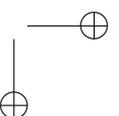
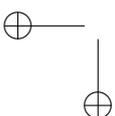
menta que os inúmeros rumores acerca do que estava ocorrendo podem ser entendidos como uma forma de as pessoas, irracionalmente, preencherem satisfatoriamente as lacunas em seu conhecimento a respeito de um evento ao mesmo tempo curioso ou preocupantes, mas mal informado.

Destarte, a pesquisa mostraria que, entre as principais funções da imprensa está a de conter ou regular a circulação dos rumores. Os rumores são um processo social inalienável, paralelo ao dos meios e agências de comunicação. Quando falta a imprensa, os rumores têm rédea solta; se ela se descola da vida cotidiana, eles adquirem força. O papel da imprensa não é substituí-los, mas mantê-los no âmbito do que se convencionou chamar de opinião pública. Amparado na leitura de Tönnies, o autor concluiu que a opinião pública não é nem a vontade coletiva, nem uma figura da ideologia burguesa, mas um conjunto fluído e latente de crenças, valores, sentimentos e ideias, isto é: de rumores, que, dependendo da capacidade dos jornais, pode ou não se manifestar institucionalmente através das páginas dos periódicos (Schäfer, 2012).

### Conclusão

Ishikawa Sakae afirma que: “O estudo científico da comunicação no Japão começou com a criação da Sociedade Japonesa para o Estudo do Jornalismo e da Comunicação de Massas, em 1951. [...] A pesquisa, nos primeiros tempos, se preocupou em interpretar e reexaminar as teorias e hipóteses desenvolvidas durante os anos 1940 e 1950 nos Estados Unidos e Europa. A aplicação à cultura local daquelas teorias e hipóteses foi testada várias vezes e, com isso, os resultados empíricos foram se acumulando” (Ishikawa, 1991: 60).

Para nós, a afirmação é, no mínimo, uma meia-verdade, valendo apenas se entendermos que o estudo científico da comunicação é algo distinto do estudo do jornalismo e, especificamente como tal, de fato só surgiu após a Guerra. Observa Cooper (1997: 285) que: “Não existe um termo nativo para ‘comunicação’ na língua japonesa, de modo que [ainda hoje talvez] ele não é entendido ou usado entre os não especialistas”. Antes de 1945, os japoneses, contudo, estudaram cientificamente a imprensa e se propuseram a teorizar sobre o jornalismo desde diferentes pontos de vista. A comunicação mesma, e não apenas o seu estudo, como é certo, só chegou ao país com a ocupação pelo exército norte-americano e seus especialistas recém-formados no assunto (cf. Simpson, 1995).



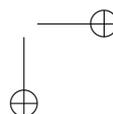
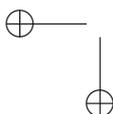


Depois de os militares assumirem o controle do governo em 1937, o panorama, no tocante ao assunto, sem dúvida, se alterou e tudo indica que seja o impacto que os anos de chumbo provocou na memória das gerações posteriores que explica o relativo esquecimento em que o período anterior caiu, mesmo entre os estudiosos japoneses dos meios e práticas de comunicação. A Guerra contra a China serviu de pretexto para uma caça às bruxas, e a discussão a respeito da cultura japonesa e do papel da imprensa em seus desenvolvimento sucumbiu no conformismo. Após 1937, a conversa sobre o comando da política pelos militares e o questionamento de sua política expansionista se tornaram tabus. As relações públicas governamentais passaram a pautar a atuação das redações, cada vez mais influídas pelo espírito nacionalista que tomava conta da nação.

Os produtores de jornais, transmissões de rádio, revistas, livros, canções, histórias em quadrinhos, filmes e fotografias foram todos sujeitos a rígidas normas ou, por pragmatismo, se sujeitaram à autocensura. As organizações políticas esquerdistas foram reprimidas, e a linguagem contrária ao esforço de guerra e à unificação da cidadania por seu intermédio passou a ser ríspidamente monitorada. Algumas expressões foram silenciadas, outras prolapadas (Harootunian, 2009: 13).

Os intelectuais que ainda resistiam à censura e perseguição foram forçados a silenciar, dentro e fora do meio acadêmico. As prisões não vitimaram poucos, e foram muitos os que, abandonando velhas fileiras, passaram a colaborar com o regime. As preocupações daqueles que aderiram ao regime se deslocaram do campo do jornalismo para o da propaganda, tema de crescente interesse por parte dos comandos militares (cf. Rüdiger, 2016).

Tosaka Jun foi processado como subversivo e condenado à pena de vários anos de prisão, onde morreu, poucos dias antes de a guerra acabar, em 1945. Hasegawa foi forçado a se ajustar após período de cativo em 1937, entregando-se em seguida a um conservadorismo apolítico e discreto, quase introspectivo. Shimizu retratou-se de seu passado marxista, para aproximar-se dos círculos governamentais, tendo atuado como analista político e doutrinador antiocidental durante o conflito, apesar da reviravolta ideológica que imprimiria em sua vida após 1945 (cf. Kersten, 2006).



Ono foi convidado a trabalhar em comitês de pesquisa das forças armadas e prestar assessoria ao governo, após ser nomeado catedrático na Universidade de Tóquio (1936). Muneo se tornou conselheiro de órgãos oficiais e passou a doutrinar a respeito do que os teóricos do imperialismo japonês chamavam de guerra do pensamento. Designado catedrático em Rikkyo (1938), Koyama converteu-se em pouco tempo num dos mais proeminentes daqueles teóricos, ao passar a escrever sobre propaganda e doutrina racial (cf. Morris-Suzuki, 2000).

Até 1937, os acadêmicos e intelectuais japoneses se apoiaram na sociologia ocidental, no marxismo e nos estudiosos alemães da ciência do jornal para pensar a imprensa, desenvolver seu estudo e especular sobre sua transformação. Durante a época da Guerra, o aporte intelectual alemão serviu de referência longínqua para o desenvolvimento de uma concepção bastante nova e original de propaganda (cf. Kushner, 2006). Após o conflito, o marxismo ressurgiu com relativa força entre os setores intelectualizados e muitos acadêmicos japoneses, voltando a dar contribuição sobre a matéria que nos ocupa. A principal influência no desenvolvimento da área de estudo e ensino em foco se tornou, porém, a dos conceitos e métodos da pesquisa em comunicação ("communication research") que, mais ou menos ao mesmo tempo, estava sendo lançada nos Estados Unidos.

### Referências

- Akerer, F. (2012). Rôle et pouvoir des éditorialistes dans la presse du milieu de l'ère Meiji (1884-1894). *Cipango*, 19: 261-267.
- Allen, M. & Sakamoto, R. (2014). *Japan popular culture*. Londres: Routledge.
- Altman, A. (1981). The press and social cohesion during a period of change. *Modern Asian Studies*, 15(4): 865-876.
- Altman, A. (1975). Shinbunshi. In W. Beasley (org.) *Modern Japan*. Berkeley: University of California Press.
- Barshay, A. (2004). *The social sciences in moden Japan*. Berkeley: UCLA.
- Bernays, E. (1923). *Crystallizing Public Opinion*. New York: Liveright.
- Cooper, R. (1997). Japanese communcation research. *Journal of Broadcasting and electronic media* 41(2): 284-289.

- Del Bene, M. (2008). *Mass media e consenso nel Giappone prebellico*. Milão: Mimesis.
- De Lange, W. (1997). *A history of japanese journalism*. Londres: Routledge.
- Groth, O. (2011). *O poder cultural desconhecido*. Petrópolis: Vozes.
- Hanazono, K. (1924). *The development of japanese journalism*. Osaka: Osaka Mainichi.
- Hanneman, M. (2007). *Hasegawa Nyozeikan and liberalism in modern Japan*. Folkestone: Global Oriental.
- Harootunian, H. (2009). Constitutive ambiguities. In A. Tansman (org.) *The Culture of Japanese Fascism*. Durham: Duke University Press.
- Harootunian, H. (2002). *Overcoming by modernity*. Princeton: Princeton University Press.
- Hayasaka, J. (1938). *An outline of the japanese press*. Tokyo: Foreign Affairs.
- Hideo, O. (1960). Thirty years study of journalism in Japan. *Gazette*, 6: 11-21.
- Hidetoshi, K. (1963). Trends in communication research in Japan. *International Social Science Journal*, 14(2): 257-268.
- Hirose, H. (1990). The development of discussions on journalism in postwar Japan. *Media, Culture & Society*, 12(4): 465-476.
- Huffman, J. (1997). *Creating a public: people and press in Meiji Japan*. Honolulu: Hawai Press.
- Huffman, J. (2004). *Modern Japan*. Oxford: Oxford University Press.
- Ishikawa, S. (1991). Mass communication research in Japan. *Jvanust*, 5(1): 59-69.
- Iwamoto, K. (1987). Film criticism and the study of cinema in Japan. *Iconics*, 1: 129-146.
- Jansen, M. (2002). *The making of modern Japan*. Cambridge: Harvard University Press.
- Kanesada, H. (1924). *The development of japanese journalism*. Osaka: Osaka Mainichi.
- Kawabe, K. (1921). *The press and politics in Japan*. Chicago: Chicago University Press.

- Kawamura, N. (1989-1990). On the Sociology of Ikutaro Shimizu. *Japanese Sociological Review*, 40(4): 431-445.
- Kawashima, K. et al. (orgs.) (2013). *Tosaka Jun, a critical reader*. Ithaca: Cornell University Press.
- Kersten, R. (2006). The social imperative of pacifism in postwar Japan. *Critical Asia Studies*, 3: 303-328.
- Knight, N. (1996). *Li Dao and marxist philosophy in China*. Boulder: Westview.
- Kornicki, P. (1998). *The Book in Japan*. Leiden: Brill.
- Kreiner, J. et al. (2004). *Modern Japanese society*. Leiden: Brill.
- Kushner, B. (2006). *The thought war*. Honolulu: University of Hawaii Press.
- Lippmann, W. (2008). *Opinião Pública*. Petrópolis: Vozes.
- Mack, E. (2010). *Manufacturing Modern Japanese Literature*. Durham: Duke University Press.
- Martin, F. (1918). *The journalism of Japan*. Jefferson: University of Missouri Bulletin 19/10.
- Matsuno, R. (2015). Shimbun Gakuin and the aspirations of Shinjiro Yamane. *Chuo online*. Tokio: Chuo University, 23/07/2015.
- Nakamura, I. (2003). *Japanese pop industry*. Kyoto: Stanford Japan Center.
- Morris-Suzuki, T. (2000). Ethnic Engineering. *Positions*, 8(2): 499-529.
- Nixon, R. (1968). *Investigaciones sobre Comunicación Colectiva*. Quito: Ciespal.
- Ortiz, R. (2000). *O próximo e o distante*. São Paulo: Brasiliense.
- Pierson, J. (1980). *Tokutomi Soho, 1863-1957*. Princeton: Princeton University Press.
- Rüdiger, F. (2016). *O pensamento propagandístico japonês, das origens até 1945* (a sair).
- Schäfer, F. (2012). *Public opinion, propaganda, ideology*. Leiden: Brill.
- Schaffer, F. (2013). The actuality of journalism and possibility of everyday critique. In K. Kawashima, et al. (orgs.) *Tosaka Jun*. Cornell University Press.

- Séguy, C. (1993). *Histoire de la press japonaise*. Paris: BOF.
- Simpson, C. (1995). *Sciences of coercion*. Nova York: Oxford University Press.
- Spencer, H. (1898). *The principles of sociology*. 3 vols. Nova York: Appleton.
- Sugimura, K. (1922). Logical basis of news value. In W. Williams (org.) *The Press Congress of the World in Hawaii*. Columbia: Stephens Publishing Company.
- Tarde, G. (1992). *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Tönnies, F. (2012). *Critique de l'opinion publique*. Paris: Gallimard.
- Tosaka, J. (2013). The academy and journalism. In K. Kawashima *et al.* *Tosaka Jun, a critical reader*. Ithaca: Cornell University Press.
- TsuTsui, W. (2011). Soft power and the globalization of Japanese popular culture. In C. Holroyd & K. Coates (orgs.) *Japan in the Age of Globalization*. Londres: Routledge.
- Valaskivi, K. (2007). *Mapping Media and Communication Research: Japan*. Helsinki: Communication Research Center, University of Helsinki, Research Reports 4.
- Weisenfeld, G. (2012). *Imaging disaster*. Berkeley: UCLA.
- Weston, T. (2006). Newspapers, journalism and China's entry into the world in the era of the first World War. *Newspapers as Subject and Source in Republican China, 1911-1949*. Taipé: ICA.
- Wildes, H. (1927). *Social currents in Japan*. Chicago: Chicago University Press.
- Yoshimi, S. (2002). The development of newspapers studies as an academic discipline in the discursive space of 1930. *Japan social science journal*, 5(2): 199-214.
- Youichi, I. (1987). Mass communication research in Japan. *Communication yearbook*, 10. Nova York: Routledge.